

TRAMA

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, e Michel Temer, interino, articulam regime fiscal para atender ao mercado



PEC 241

Perigo real e imediato

> **Se aprovada, proposta de teto de gastos do governo interino em tramitação no Congresso será devastadora para saúde e educação públicas**

DA REDAÇÃO

comunica@adufjrj.org.br

O governo interino comandado por Temer-Meirelles pretende estabelecer um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos. Nessas duas décadas seria permitido apenas o reajuste com base na inflação oficial do ano anterior, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, encaminhada ao Congresso Nacional em 15 de junho, é apresentada como o centro do novo regime fiscal da política econômica.

A PEC está na CCJ da Câmara, à espera de parecer do relator. O objetivo do governo é aprová-la até dezembro.

A proposta, então, entraria em vigor a partir de janeiro e restringiria os gastos totais de 2017 aos de 2016 mais a inflação desse ano.

O efeito dessa mudança na Constituição seria devastador para áreas como a educação e a saúde, que têm seus gastos vinculados constitucionalmente.

Segundo simulação feita pelo economista João Sicsú (professor da UFRJ e ex-Ipea), se a regra estivesse em vigência nos últimos 10 anos, os gastos em educação perderiam 70% do que foi investido. Na saúde, a perda seria de 36% (veja quadro na página 2).

Para a previdência social, o impacto não seria menos desastroso. Segundo outra simulação feita por Sicsú, pelas regras propostas, hoje o valor do benefício médio seria quase 40% menor.

Nos últimos anos, as despesas do governo têm aumentado acima da inflação. O que é natural com a expansão e manutenção dos serviços públicos.

Pelas regras atuais, gastos com itens como educação e saúde precisam cumprir uma porcentagem da receita, como já foi dito.

A proposta urdida pelo governo interino revoga, por 20 anos, o artigo 212 da Constituição que obriga a União a aplicar no mínimo 18% da receita em educação. E os estados e municípios, 25%.

Mais do que um amplo ajuste fiscal, especialistas afirmam que a PEC expressa um caminho para o projeto estratégico do governo interino de Michel Temer de reduzir o tamanho do Estado e garantir o conforto dos interesses do mercado financeiro.

Arrocho e Estado mínimo

Ivan de Angelis

Ex-diretor do IPEA e professor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sicsú afirma que um dos objetivos da PEC do teto de gastos é recriar o padrão de arrocho salarial que foi marca da política econômica da ditadura (1964/1985). Mas o cenário de tempestade perfeita se completa com as medidas apresentadas na proposta que reduzem a capacidade do Estado para atuar especialmente nas áreas sociais (educação, saúde) e fortalecem os interesses do mercado.



SICSÚ Para o economista, “é um erro equiparar a economia de governo à economia doméstica. Comparação barata”

O senhor diz que a proposta do governo é um desastre. Por quê?

>> **JOÃO SICSÚ:** Esta proposta deveria se chamar “PEC do desastre social”. Se estivesse em vigência nos últimos 10 anos, o orçamento da educação em 2015, por exemplo, seria 70% menor (veja quadro). Isto significaria fechar universidades, cefets, contração de salários de professores, corte de bolsas, um desastre. Imagina a educação federal pública com 70% a menos do seu orçamento. Pergunte isso a qualquer reitor que, hoje, já não consegue nem funcionar com o orçamento que tem.

O critério do IPCA como índice de referência para os gastos se explica?

>> A regra da PEC é a seguinte: o governo só poderá aumentar seus gastos de acordo com a inflação do ano anterior. E a inflação do ano anterior será medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor). Governo gasta comprando vacina, construindo rodovias, fazendo hidroelétricas e terá, agora, os seus gastos limitados pela variação do chuchu, pelos preços do tomate e da cebola no ano anterior, o que é inaceitável. Gastos dos governos têm que ser balizados pelas receitas do governo, pela sua capaci-

dade de endividamento, pela criação de tributos para atender às necessidades da sociedade, e não pela variação do preço do tomate e da cebola.

É um lógica de economia doméstica?

>> É um erro equiparar a economia de governo à economia doméstica. É uma comparação barata. Inventaram esta relação (IPCA/gasto público) para limitar gasto. Pela regra, o aumento real dos gastos será nulo. Isso é gravíssimo. A população cresce e aumenta a expansão e a manutenção dos gastos públicos. Na saúde seria outro desastre. Não teríamos o programa Mais Médicos, não teríamos a ampliação do SUS.

E na previdência social...

>> A ideia é que o grande fundo que a previdência social forma todos os meses seja administrado pelos bancos privados ou que as pessoas tenham que fazer previdência privada.

Esta fórmula de regime fiscal existe em outro país?

>> Uma PEC com esta regra eu não conheço nem agora nem no passado. Não há base teórica, não existe em nenhum governo no mundo.

Qual a inspiração desse modelo, então?

>> Este modelo que estão querendo aplicar no Brasil está apoiado em três momentos históricos. No modelo da ditadura: crescimento econômico com arrocho salarial. Este governo também pretende fazer arrocho salarial no setor público e no setor privado. No setor privado, via contenção do salário mínimo. No setor público, limitando todos os reajustes que o funcionalismo possa ter. A onda neoliberal dos anos 1990, com a ideia de Estado fraco, mercado forte; setor privado forte, setor público desvalorizado, que prevaleceu nos anos 1990, é outra referência.

A onda na Europa de comprimir direitos trabalhistas, sociais e previdenciários e, com isto, sequestrar parte do orçamento para transferir ao setor privado por meio de subsídios, desonerações e pagamentos de juros é outra inspiração. Esta é a síntese (do projeto do governo): arrocho salarial, sequestro de direitos sociais para transferência ao setor privado de subsídios, desonerações e juros do financiamento da dívida pública.

VÍDEO COM A ENTREVISTA:
www.adufrj.org.br

Simulação indica perdas na educação e na saúde

> Saúde

Simulação feita por João Sicsú

	Governo Lula e Dilma (R\$ bi)	Regra Temer-Meirelles (R\$ bi)	Diferença (R\$ bi)
2006	40,6	40,6	0
2007	45,7	42,0	3,7
2008	50,1	43,8	6,3
2009	58,1	46,4	11,7
2010	61,9	48,4	13,5
2011	72,2	51,3	20,9
2012	80,0	54,6	25,4
2013	85,3	57,8	27,5
2014	94,1	61,2	32,9
2015	102,1	65,2	36,9

> Educação

Simulação feita por João Sicsú

	Governo Lula e Dilma (R\$ bi)	Regra Temer-Meirelles (R\$ bi)	Diferença (R\$ bi)
2006	19,7	19,7	0
2007	24,4	20,3	4,1
2008	28,3	21,2	7,1
2009	36,7	22,5	14,2
2010	48,5	23,4	25,1
2011	58,5	24,8	33,7
2012	72,6	26,4	46,2
2013	82,3	28,0	54,3
2014	93,9	29,6	64,3
2015	103,8	31,5	72,3

bate-pronto

Por que dizemos não à PEC 241? Trata-se de uma verdadeira violência contra os direitos sociais no país. Ela propõe o congelamento por 20 anos das despesas primárias.



E o que são as despesas primárias? São os gastos com pessoal, com saúde, segurança, previdência, assistência. E o que fica de fora dos gastos primários? Os gastos com juros e amortizações da dívida.

MARIA LÚCIA FATORELLI

da Auditoria Cidadã da Dívida

TRAMITAÇÃO DA PEC 241

Encaminhada ao Congresso pelo governo Temer, a PEC 241/2016 altera a Constituição para congelar os investimentos sociais durante 20 anos. Se aprovada, a proposta será devastadora para a saúde e educação públicas: se a regra estivesse em vigência nos últimos 10 anos, os gastos com educação teriam sido 70% menores.

Confira abaixo o histórico de tramitação da proposta que irá reduzir os investimentos sociais durante 20 anos:

15 de junho

Governo apresenta a PEC à Câmara.

17 de junho

CCJ recebe a PEC da mesa da Câmara.

29 de junho

Deputado Danilo Fortes (PSB-CE) é indicado relator.

VOTAÇÃO NA CÂMARA

A previsão de votação é em agosto, depois do recesso parlamentar. A votação em plenário se dará em dois turnos. São necessários dois terços dos votos como quórum quando se trata de mudança na Constituição. Se passar, vai ao Senado. Lá o mesmo quórum é exigido, também com votação em dois turnos.

Educação reduz desigualdade

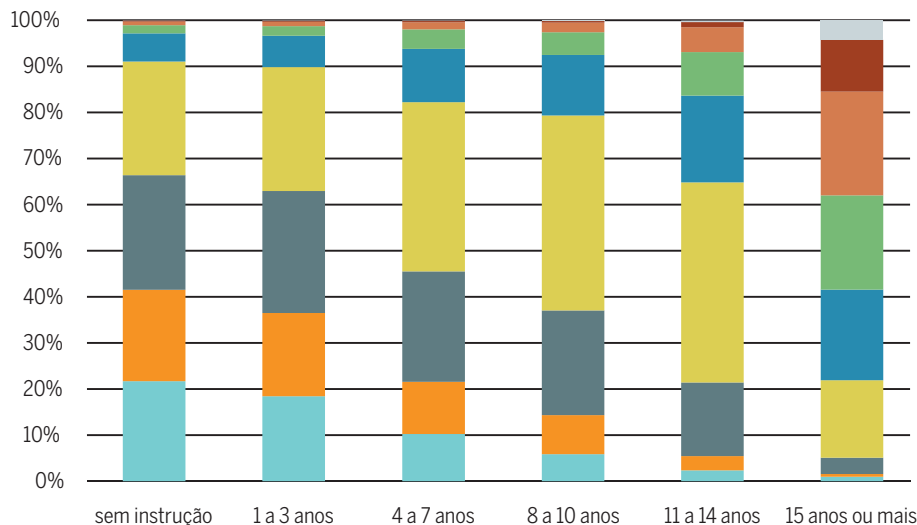
CARLOS FREDERICO ROCHA

Professor do IE da UFRJ

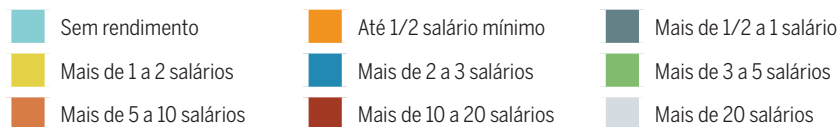
Consequências da eventual aprovação da proposta de emenda constitucional 241/2016, de Temer-Meirrelles: um dos fatores explicativos para os diferenciais de renda no país é a educação. Estudos mostram que o Brasil premia de maneira muito acima da média internacional aqueles que têm o terceiro grau. Mais importante, o recente aumento da escolaridade teve influência positiva na trajetória de redução das desigualdades no país. A redução do gasto em educação como percentual do PIB pregada pela PEC Temer-Meirrelles impedirá o prosseguimento dessa trajetória, podendo causar retrocessos.

Faixa de rendimento por anos de escolaridade

BRASIL 2013



LEGENDA



FONTE: Carlos Frederico Rocha

ARTIGO

NÃO DÁ PRA FICAR PARADO!

MARCOS DANTAS

Professor da ECO/UFRJ

■ O governo interino pretende engessar a economia brasileira pelos próximos 20 anos. Isto mesmo: se você, hoje, tem cerca de 25 anos e está iniciando a sua vida profissional, esta PEC tem a pretensão de determinar os sonhos da sua vida até você chegar aos 45. E se você já tem 45, ela vai afetar os seus sonhos de aposentadoria... Se não, vejamos. A PEC estabelece que, nos próximos 20 anos, a “despesa primária” da União será limitada à despesa de 2016 reajustada pelo IPCA do ano anterior. A cada ano portanto, a União (Executivo, Congresso, Judiciário e, também, a Previdência) só poderá gastar ou investir o mesmo que gastou ou

investiu no ano anterior, corrigidos pela inflação.

O que acontece se a União arrecadar mais do que esse limite? Certamente isso poderá acontecer muitas vezes ao longo dos próximos 20 anos, ainda mais nos ciclos em que a economia, logo a arrecadação crescerem. Todo esse saldo será revertido para engordar o “superávit primário”, ou seja para pagar juros aos banqueiros.

A PEC é explícita no tratamento que pretende dar à Saúde e à Educação. No seu artigo 104, ela impõe que os limites orçamentários mínimos obrigatórios destinados a essas duas áreas também sejam limitados pelo IPCA. Assim revoga por 20 anos o artigo 212 da Constituição que obriga a União a aplicar no mínimo 18% da receita em educação.

bate-pronto

A regra Temer-Meirrelles prevê que as despesas primárias do governo federal passem a ser reajustadas apenas pela inflação do ano anterior. Se vigorasse no ano passado, e outros gastos não sofressem redução real, as despesas com saúde teriam sido reduzidas em 32% e os gastos com educação em 70%.



LAURA CARVALHO

Economista, professora da USP



Governo deve desvincular gastos obrigatórios em educação e saúde? NÃO.

NAERCIO MENEZES FILHO

Professor da USP e do Insper